

LTDA.

Processo n.º 1.739/2009 – Dispensa de Licitação - Nota de Empenho n.º 007943.

Vistos, etc...

Cuida-se de procedimento administrativo visando à anulação do processo n.º 1739/2009 e, conseqüentemente, da nota de empenho n.º 007943, cuja contratada é a empresa DDC ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA., nos termos art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto nos seus parágrafos 3º e 4º c/c o art. 5º. LV da Constituição Federal de 1988, em face das irregularidades constatadas no parecer n.º 232/2009 – ASCONT, acostado às fls. 02/16 dos autos, e que dizem respeito à não observância dos princípios da moralidade, pessoalidade e legalidade, evidenciando, ainda, o exercício do poder de autotutela, instaurado nos termos da Lei Estadual n.º 14.184 de 31.13.2002.

A fornecedora foi devidamente intimada às fls. 59 e 61 dos autos para apresentação de defesa prévia e alegações finais, respectivamente, tendo deixando transcorrer ambos os prazos *in albis*.

É o relato do necessário.

DECIDO.

Cuida-se de procedimento administrativo que tem o fito de anular o processo n.º 1739/2009 e, conseqüentemente, da nota de empenho n.º 007943, cuja contratada é a empresa DDC ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA., e que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia em prédios de Itabirito e Ipatinga, e para prestar serviços técnicos de vistoria qualificada em diversas comarcas do Estado.

Referida declaração de nulidade encontra-se escudada no fato da não observância dos princípios da moralidade, pessoalidade e legalidade, em especial aos termos do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto nos seus parágrafos 3º e 4º c/c o art. 5º. LV da Constituição Federal de 1988, evidenciando o poder de autotutela da administração. Mediante a análise pormenorizada de todo o processado dúvida não resta a respeito da quebra dos princípios supracitados, uma vez que o servidor em tela encontra-se lotado na DENGEP, órgão condutor da dispensa de licitação questionada, e possui grau de parentesco em relação ao proprietário da empresa representada, qual seja irmão, fazendo parte inclusive da equipe encarregada de acompanhar o desenrolar da contratação pretendida.

É o que também se depreende do parecer n.º 232/2009 – ASCONT, o qual adoto integralmente e que bem andou ao discorrer que:

"A isenção na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração carece de independência e imparcialidade de seus membros em face dos concorrentes, cujas propostas julgarão.

...

Portanto, nenhuma espécie de relacionamento dependente pode existir entre eles, sob pena de considerar-se fundada a suspeita de parcialidade do membro da comissão.

...

O que se está questionando é a sua situação pessoal, por ser ele um familiar participando da equipe condutora de dispensa de licitação, que contamina o procedimento como um todo.

...

À Administração não é dado o direito de assumir o risco de perpetrar uma contratação que ofenda a dignidade administrativa; uma vez identificada uma conduta potencialmente lesiva à moralidade, deve o administrador adotar as medidas que visem

resguardar a integridade da contratação."

E da súmula n.º 473 do STF extraímos que:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Observe-se, finalmente, que o feito em tela encontra-se pautado nos princípios do devido processo legal, presentes a ampla defesa e o contraditório.

Resolvo, portanto, DECLARAR A NULIDADE do processo de dispensa de licitação n.º 1.739/2009, em face da inobservância dos princípios da legalidade, da moralidade e impessoalidade, com fulcro nos parágrafos 3º e 4º do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c o artigo 5º, inciso LV, da Carta Magna e na Súmula 473 do STF; e, conseqüentemente, da Nota de Empenho n.º 007943 nos termos do art. 49, § 2º do Estatuto de Licitações.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2009.

(a) Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente

CORTE SUPERIOR

EDITAL N.º 005/2009

ELEIÇÃO DE MEMBRO DA
CORTE SUPERIOR
CONVOCAÇÃO DO TRIBUNAL PLENO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS

Nos termos do art. 10-D, I e II, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, comunico aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores que estarão abertas, no período de 02/12/2009 a 11/12/2009, as inscrições para a eleição de um membro da Corte Superior, observado o que dispõe o artigo 18, da Lei Complementar n.º 59/01, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 105/08.

Os requerimentos de inscrição deverão ser protocolizados na Coordenação de Protocolo Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, no período supracitado, ou enviados para o fax daquele setor, através dos números: (31) 3237-6200, 3237-6228 ou 3237-6997, até às 18h30min.

Ficam convocados os Excelentíssimos Senhores Desembargadores para a sessão especial do Tribunal Pleno, a se realizar no dia 14/12/2009, segunda-feira, às 17 horas, no Auditório do Anexo I, Rua Goiás, 229, para a mencionada eleição, que se refere à vaga decorrente do término do mandato do Desembargador Edivaldo George dos Santos.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2009.

a) Desembargador SÉRGIO RESENDE,
Presidente.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michalsen Dias

RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Licitação n.º 114/2009

Processo n.º 2060/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua, de serviços auxiliares de apoio administrativo e suporte operacional (serviços gráficos) com fornecimento de todos os uniformes necessários, nas dependências do TJMG, na capital e interior..

Recorrente: Adservis Multiperfil Ltda.

Recorrida: PH Serviços e Administração Ltda

Assunto: Recurso contra ato do Pregoeiro

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, mas, no mérito, nego-lhes provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à aceitabilidade da classificação dos valores ofertados na etapa de lances pela Recorrida, e conseqüentemente a declaração de vencedora à empresa em questão.

Isto posto, adjudico o objeto licitado à empresa PH Serviços e Administração Ltda e homologo os termos da Licitação n.º 114/2009.

Empresa Vencedora

Lote Único: PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Homologação

Processo: n.º 2397/2009

Licitação: n.º 130/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de copo de plástico descartável para água.

LICITANTE VENCEDOR:

Lote Único: Terrão Comércio e Representações Ltda.

Valor unitário : R\$2,33 (Dois reais e trinta e três centavos)

Valor total: R\$104.850,00 (Cento e quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

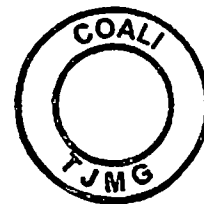
Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Daniela Atafde Giovannini Alves
01.12.2009

Contrato (Extrato)

Major Holding Ltda. - Ct. 130/2009 de 01.11.2009 – Objeto: Locação de imóvel comercial destinado à instalação do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Sete Lagoas/MG- Vigência: 01.11.2009 a 01.02.2013. - Valor do Ct.: R\$ 78.000,00 - Dotação Orçamentária n.º 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.20 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Jurídica. Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge- Ct. 392/2009 de 09.10.2009 – Objeto: Prestação de serviços de informática.- Vigência: 09.10.2009 a 09.10.2010. - Valor do Ct.: R\$ 543.949,00 - Dotação Orçamentária n.º 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.36 – Serviços



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



HOMOLOGAÇÃO

Para que produza os efeitos legais e de acordo com a delegação de poderes prevista na Portaria nº. 1.839/2005 de 08.12.2005, homologo a licitação abaixo, conforme Ata de Julgamento da Sessão Pública do Pregão Presencial de 30.11.2009.

Processo: nº. 2397/2009

Licitação: nº. 130/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de copo de plástico descartável para água.

LICITANTE VENCEDOR: Terrão Comércio e Representações Ltda

Valor unitário : R\$2,33 (Dois reais e trinta e três centavos)

Valor total: R\$104.850,00 (Cento e quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2009.

SELMA MICHAELSEN DIAS

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio